

## **ENTREVISTA<sup>1</sup>**

### **Adriana Erthal Abdenur <sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Entrevista com a pesquisadora Adriana Erthal Abdenur elaborada pela aluna Ana Luísa Vedovato Rodrigues do Curso de Relações Internacionais da UFSM. Entrevista sobre o tema: Mulheres, relações internacionais e sua participação na área de Paz, Segurança e Defesa internacionais.

<sup>2</sup> Adriana Erthal Abdenur é fellow do Instituto Igarapé, onde trabalha com o tema da prevenção e resolução de conflitos armados, e Bolsista de Pós-Doutorado Sênior pelo CNPQ junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC da FGV-Rio. Email: [adriana@igarape.org.br](mailto:adriana@igarape.org.br).

AV: Ana Vedovato

AA: Adriana Abdenur

**AV: No último dia 8, em março das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o governo brasileiro anunciou o lançamento do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. O Instituto Igarapé foi um dos proponentes enquanto representante da sociedade civil. Na sua opinião, qual a importância de iniciativas como esta? Qual a contribuição e diferencial de um plano que engloba a questão de gênero e promove visibilidade a mulher?**

**AA:** O lançamento do primeiro Plano Nacional de Ação é um marco importante, porque ele pode trazer mudanças positivas no Brasil em algumas das áreas relevantes à agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Nos debates globais, essa agenda é antiga; no âmbito da ONU, a resolução 1325, do ano 2000, insta os Estados-membros a aumentarem a participação das mulheres em processos de construção da paz, e ampliarem esforços para a prevenção e proteção das violações dos direitos humanos de mulheres e meninas, e na promoção do acesso à justiça e demais serviços para enfrentamento de violência e outras formas de discriminação. A agenda é de suma importância, pois reconhece os múltiplos papéis que as mulheres desempenham na área da paz e segurança – não apenas como vítimas dos conflitos, mas também como atores essenciais para a construção da paz, seja no plano político, na esfera diplomática, no campo militar e policial. Apesar dos avanços no plano normativo, uma série de resistências, inclusive políticas, fazem com que os progressos no plano prático sejam bastante lentos. A ideia, no fundo, é bastante simples: sem a inclusão de mulheres, não é possível construir uma paz

que seja verdadeiramente sustentável. Isso vale tanto para o âmbito doméstico quanto para o plano internacional.

Igualmente importante é a transversalização de uma perspectiva de gênero nos debates e nas iniciativas ligadas à paz e segurança, o que permite que soluções para questões de segurança passem a levar em consideração as necessidades específicas de mulheres e meninas em situações de conflitos. Para isso, é fundamental garantir a plena participação de mulheres e de outros grupos historicamente excluídos. Há certa tendência por tratar a participação das mulheres e questões de gênero como meros nichos temáticos, ou como uma mini-tarefa a ser cumprida, ao invés de uma série de questões que, na verdade, perpassam por instituições, práticas e normas relacionadas à paz e segurança.

Então, no contexto dessas discussões mais amplas, esse primeiro plano brasileiro deve ser visto não como o resultado final de uma iniciativa, senão que como o começo de um longo processo construtivo para o qual contribuirão diversos atores, desde repartições do governo até entidades da sociedade civil. Em alguns casos a articulação com organizações multilaterais também será fundamental, por exemplo no esforço de aumentar e diversificar a participação das mulheres nas missões de manutenção da paz. Por ora, os principais desafios são a implementação do plano atual e a maneira em que será estruturado o diálogo em torno da sua implementação, até porque esse processo precisa ser ainda mais participativo e institucionalizado.

**AV: Como você avalia a questão da representativa da mulher nos espaços públicos? O fato da ONU nunca ter tido uma Secretária Geral mulher, e o Brasil nunca ter tido uma mulher no comando do Ministério das Relações Exteriores, assim como muitos outros países, nos diz o que sobre as Relações Internacionais Contemporâneas?**

**AA:** Temos tido alguns avanços e alguns retrocessos. Em geral, no entanto, ainda temos muito caminho a trilhar nesses três espaços. No caso da ONU, há uma certa ironia: a principal organização multilateral promovendo a agenda de Mulheres, Paz e Segurança ainda apresenta baixos níveis de representação de mulheres, sobretudo nos escalões mais altos da organização e certamente nos mecanismos do sistema de paz e segurança. Ainda são relativamente poucas as mediadoras, as embaixadoras junto ao Conselho de Segurança, e as subsecretárias e chefias ocupadas por mulheres diplomatas, para citar apenas três exemplos. E a organização ainda lida de forma bastante tímida—com o abuso sexual em contextos de missões de paz.

A representação feminina na esfera pública no Brasil ainda deixa muito a desejar. Uma mulher já ocupou a presidência, mas—para citar apenas uma estatística—temos apenas 4% de representação feminina no Congresso. Essa taxa que nos coloca atrás de países vizinhos e de nações com histórico de restrição aos direitos das mulheres, incluindo a Arábia Saudita, a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos. Isso é gravíssimo, não apenas por uma questão de justiça social, mas porque significa que as vozes e os interesses das mulheres não são ouvidos, e que as brasileiras não possuem o nível de influência que deveriam ter sobre suas próprias vidas e sobre o rumo do país. Não é uma questão partidária; é um problema nacional, estadual e municipal. Precisamos de novas lideranças

femininas em todos esses níveis e, de forma geral, de maior inclusividade, pois nossa esfera pública tampouco representa adequadamente os negros, os indígenas, os grupos LGBTI. Finalmente, precisamos incentivar ainda mais o engajamento político por parte desses grupos na vida cotidiana, pois não é apenas através de representatividade formal que se exerce o poder político.

Quanto ao campo das Relações Internacionais como área de estudo e pesquisa, ainda é uma área muito masculina. O que pode surpreender porque, se você entra numa sala de aula de quase qualquer programa de graduação no país, vai ver que metade ou mais é composta de mulheres. O problema é que há uma série de gargalos, por exemplo no corpo docente, sobretudo nos níveis mais altos da carreira acadêmica. Também há uma forte tendência no sentido de citarmos autores masculinos, mesmo quando as mulheres publicam bastante nas mesmas temáticas.

Além disso, é necessário combater a discriminação institucionalizada. Por exemplo, ainda são poucos os mecanismos institucionais para lidar com casos de assédio sexual nas universidades. Já participei de reuniões sobre o tema no qual docentes da universidade se esforçavam para abafar o caso e evitar que chegasse aos ouvidos do decanato, por exemplo. As alunas que fizeram a denúncia foram taxadas de “problemáticas”, o que é a estratégia comum para que as queixas morram na praia.

É importante que, como indivíduos e grupos, não fiquemos caladas, por maior que seja a pressão para não se pronunciar sobre essas ocorrências. Não podemos ter medo de ser tachada de chata, de problemática. Só assim, trazendo à tona casos concretos, poderemos provocar alguma mudança mais profunda, quiçá até mesmo cultural. É muito gratificante ver que há grupos se constituindo para

debater o tema, valorizar o trabalho de pesquisadoras, encontrar soluções para os problemas de discriminação e promover os estudos das questões de gênero nas relações internacionais. Temos de investir em esforços que garantam a proteção de vítimas e que criem condições para que denúncias sejam feitas sem que a imagem e a carreira das vítimas ou dos denunciantes sejam afetadas.

**AV: Iniciativas como o *Syrian Women's Advisory Board* e outras conferências que tem convocado as mulheres para discutir Segurança e processos de paz em seus países tem se mostrado instrumentos efetivos para a reconfiguração das tomadas de decisões e planejamento estratégico dos Estados. O que as mulheres têm a contribuir nesse quesito e como essa inclusão faz a diferença?**

**AA:** Vários estudos demonstram que a participação efetiva de mulheres em negociações traz resultados positivos, inclusive uma paz mais duradoura. O problema é que essa participação ainda é exceção, e não a regra. Veja, por exemplo, o caso da Colômbia. Estive lá mês passado com colegas, fazendo pesquisa de campo sobre o papel das mulheres no acordo com as FARC. Entrevistamos gente do governo, combatentes da guerrilha, membros das Forças Armadas e da ONU, entre outros grupos.

Para resumir, ficou claro que o problema da participação tem pelo menos duas vertentes: as negociações em si, e a fase da implementação. O acordo com as FARC é celebrado como sendo altamente inovador em termos da participação das mulheres, mas na verdade essa inserção se deu tardiamente, e ocorreu apenas graças aos esforços insistentes e valentes por parte de organizações da sociedade civil, sobretudo grupos de mulheres, que se organizaram para assegurar o seu

papel no processo de paz. Alguns temas foram inseridos nas negociações, ou até mesmo inclusos no acordo final, graças à participação de mulheres. Sem esse engajamento, as duas partes não teriam se aprofundado tanto, por exemplo, em questões relacionadas aos mecanismos de reparação a vítimas, à reinserção econômica e ao acesso à terra, inclusive no que diz respeito às mulheres colombianas. Essa tem sido uma das principais contribuições desses grupos: dar luz a questões que não seriam “enxergadas” caso essas organizações não estivessem ali, pressionando e propondo ideias.

É verdade que, ao final das contas, o acordo assinado entre o governo do Presidente Juan Manuel Santos e as FARC teve de ser revisado após um plebiscito onde ganhou o “não”. E que este rechaço foi movido em parte por distorções sobre o papel que questões de gênero teriam desempenhado no processo em si, com grupos de direita promovendo a idéia de que uma tal de “ideologia de gênero” levaria ao fim da família tradicional colombiana. Ficou claro a partir desses debates que a inclusão de mulheres e de uma perspectiva de gênero podem trazer soluções inovadoras durante os processos de paz, mas que essa participação enfrenta grandes desafios, mesmo em países de renda média, como é o caso da Colômbia.

Há também sérios desafios na fase de implementação de um acordo. Na Colômbia, as organizações de mulheres estão se articulando e debatendo o seu papel em componentes como a entrega de armas, a reintegração de ex-combatentes, a estruturação da justiça de transição—enfim, na construção de instituições mais inclusivas que levem a uma sociedade mais justa. Mas esse papel, longe de ser garantido, tem de ser novamente conquistado, tanto em Bogotá quanto nas regiões mais afastadas, que foram justamente as mais afetadas pelo conflito.

No caso da Síria, assim como nas tentativas de se negociar a paz no Iêmen, grupos de mulheres e ativistas têm se empenhado para sentar à mesa de negociações, mas raramente são incluídas de forma efetiva. Mesmo assim, não se deve atribuir essa lacuna a uma cultura específica – tanto na Síria quanto no Iêmen, antes de eclodir o conflito as mulheres haviam conseguido vários avanços no plano político. No Oriente Médio, como na América Latina, as mulheres são vitimadas desproporcionalmente pelos conflitos armados, mas elas correm atrás da paz com persistência e muita garra. Temos de nos inspirar nesses esforços para resolver diferenças e prevenir a violência e os conflitos.